

## A NATUREZA ONTOLÓGICA DO PENSAMENTO DE MARX<sup>1</sup>

Frederico Jorge Ferreira Costa<sup>2</sup>

### Resumo

O artigo contextualiza historicamente as deformações economicistas, gnoseologistas e suas variações, que se implantaram na tradição marxista, reafirmando, de outro modo, a natureza ontológica do pensamento de Marx. Nesse sentido, destaca a importância do resgate efetuado por Lukács, quanto ao trabalho e, por derivação, à unidade indissolúvel entre subjetividade e objetividade, como núcleo central da ontologia marxiana, demonstrada como uma ontologia de novo tipo, radicalmente revolucionária, a qual impõe uma nova inteligibilidade para o ser social como ser historicamente determinado.

**Palavras-chaves:** Ontologia marxiana; trabalho; Lukács.

## THE ONTOLOGICAL NATURE OF MARX'S THOUGHT

### Abstract

The article puts in context the economicist and gnoseologist deviations, among others, historically imparted to Marxist tradition, reaffirming, on the contrary, the ontological nature of Marx's thought. In this sense, it reassures the importance of Lukács' retrieve of labor and, by the same token, the indissoluble unity between subjectivity and objectivity, as the very core of Marxian ontology. This is defined herein as a new, radically revolutionary type of ontology, which reclaims a new intelligibility for the understanding of the social being, as a being which is historically determined.

**Key words:** Marxian ontology; labor; Lukács.

---

<sup>1</sup> Este artigo está fundado, com alguns acréscimos, em trabalho apresentado na IV Conferencia Internacional "La obra de Carlos Marx y los desafíos del siglo XXI", em Havana, Cuba, 2007.

<sup>2</sup> Doutor em Educação. Professor da Faculdade de Educação de Itapipoca da Universidade Estadual do Ceará – FACEDI/UECE. Pesquisador colaborador do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO/UECE e membro do conselho editorial da Revista *Outubro*. E-mail: [frederico1917@yahoo.com.br](mailto:frederico1917@yahoo.com.br)

Nosso objetivo neste artigo é assinalar os pressupostos que identificam o pensamento de Marx como uma ontologia. No primeiro momento, indicaremos que a natureza ontológica da obra marxiana não é consenso na tradição marxista e, procuraremos rastrear as razões históricas que ofuscaram ou debilitaram o núcleo ontológico das contribuições de Marx. Depois, procuraremos indicar a importância do resgate da ontologia marxiana por Lukács, delimitando aproximadamente os contornos gerais da ontologia marxiana e sua diferenciação das ontologias anteriores, pois esta é uma ontologia de novo tipo.

### **O marxismo possui uma natureza ontológica?**

A definição precisa dos lineamentos histórico-filosóficos que garantem a inteligibilidade interna da tradição inaugurada por Marx, principalmente em sua dimensão ontológica, é uma problemática posta pela contemporaneidade. Na verdade, pensamos que qualquer reflexão situada sob as coordenadas da tradição marxista, por mais específica que seja, deve estar sempre condicionada pela concepção de totalidade, e esta, na atualidade, apresenta a questão de definir se Marx fundou ou não uma ontologia do ser social.

Tal questão não é ponto pacífico. Em primeiro lugar pelo caráter especulativo freqüentemente ligado à tradição da reflexão ontológica. Primeiro, por exemplo, pensemos no caráter idealista das ontologias de Aristóteles, Tomás de Aquino e Hegel. Segundo, pela tendência gnosiológica, própria do neopositivismo e do irracionalismo pós-moderno, que hiperdimensiona o sujeito mesmo quando busca negá-lo. Terceiro, pelo sócio-centrismo, que dissolve a natureza nas relações sociais, ou seja, os homens pensam e fazem da natureza que existe, não tendo esta, portanto, mais uma existência autônoma. Por último, pela perspectiva de colocar a práxis como o núcleo da problemática do marxismo dissociada de sua fundamentação concreta no metabolismo entre o homem e a natureza. Assim, a título de exemplo, a assertiva contrária a uma ontologia marxiana pode ser encontrada nas leituras mais díspares entre si dentro da própria tradição marxista.

Para Althusser<sup>3</sup> (2002), destacado entre outras coisas por suas concepções sobre os fenômenos ideológicos e suas contraposições à ciência, qualquer impositação ontológica é vista como um obstáculo epistemológico oriundo da ideologia do humanismo teórico:

Quais problemas reais podemos descobrir por trás das noções do humanismo teórico, revogados em sua impostura e em sua pretensão teórica? Cito os problemas essenciais, em correlação com os obstáculos epistemológicos principais que lhes “correspondem”. 1. Problema da definição da *espécie humana* ou da diferença específica que distingue as formas de *existência da espécie humana* das formas de existência das espécies animais (obstáculos: as noções de essência genérica do homem, de consciência etc.); 2. Problema da estrutura das *formações sociais* (obstáculos: as noções de Homem, da essência genérica do Homem, de coração ou de intersubjetividade, de consciência, de Sujeito etc.); 3. Problema da dialética da *história* como processo sem sujeitos (obstáculos: as noções de Homem, de Gênero, de sujeito, de alienação, de dialética-teleológica); 4. Problema das formas da individualidade (obstáculos: as noções de Homem, de Gênero, de indivíduo, de sujeito, de concreto etc.); Problema da natureza do *ideológico* (obstáculos: as noções de Homem, de consciência, de subjetividade etc.). (Idem, 2002, p.52).

Para Prado Júnior (1981), que tantas contribuições trouxe para a historiografia brasileira e para divulgação do marxismo, o núcleo estruturante do pensamento de Marx também é a teoria do conhecimento<sup>4</sup>:

[...] o que se observará com toda clareza na obra de Marx, consiste no fato que, historicamente, é afinal na consideração do Conhecimento do Homem (aquilo que seriam as nossas ‘ciências humanas’ de hoje, e naturalmente o tema marxista por excelência) é aí, bem como no método de elaboração desse Conhecimento, que se revelaria com precisão o conjunto e generalidade do problema filosófico, isto é, a determinação em sua totalidade, e a caracterização do Conhecimento do Conhecimento que vem a ser o conteúdo e objeto central e geral da Filosofia, e onde ela encontra, em toda

---

<sup>3</sup> Althusser (1986, p. 43-44), reproduzindo a divisão do marxismo em duas disciplinas básicas: materialismo dialético e materialismo histórico, entende a primeira como a filosofia marxista, a qual seria uma teoria do conhecimento de novo tipo: “Essa nova teoria não pode mais ser o que era na teoria clássica do conhecimento, ou seja, uma teoria das condições formais intemporais do conhecimento, do *cógit*o (Descartes, Husserl), das formas ‘a priori’ do espírito humano (Kant), nem uma teoria do saber absoluto (Hegel). A nova teoria só pode ser uma teoria da história da produção dos conhecimentos, isto é, uma teoria das *condições reais* (materiais e sociais de um lado, e condições internas à prática científica, de outro) do processo desta produção. Além disso a nova teoria modifica completamente o *problema* tradicional da ‘teoria do conhecimento’: ao invés de colocar a questão das garantias do conhecimento, coloca a questão do *mecanismo* de produção de conhecimentos enquanto conhecimentos.”

<sup>4</sup> Mesmo quando, numa atitude de coragem intelectual para época, critica o modismo althusseriano, o faz sob a perspectiva da teoria do conhecimento como núcleo estruturador da filosofia: “O menos que se pode dizer de Althusser é sua originalidade, direi mesmo extravagância, de tão aberrante do ordinário e corrente é sua interpretação do marxismo, e tão insólita a maneira como vê esta questão central da Filosofia que é a teoria do conhecimento (PRADO JÚNIOR, 1971, p. 73).

sua plenitude, o terreno que lhe é próprio e específico no complexo geral do Conhecimento. (p. 82).

Para Benoit (2003), crítico de Althusser e da dualidade materialismo histórico/materialismo dialético, a tentativa de encontrar uma ontologia na obra de Marx é resultado de um transpassamento ilegítimo da lógica hegeliana à perspectiva marxiana, pois qualquer postura ontológica estaria associada à velha metafísica: “[...] a idéia de uma ontologia dialética não-metafísica é algo incongruente do ponto de vista conceitual e, evidentemente, também, nesse sentido parece-me insustentável uma ontologia dialética marxista.” (p. 19).

Apesar de paradoxais, tais posturas anti-ontológicas são fruto, no nosso entender, do processo de divulgação e desenvolvimento posterior do pensamento marxiano, que veio a se constituir na denominada tradição marxista, a qual mesmo produzindo significativos avanços históricos para que o trabalho fosse liberto dos grilhões do capital, importou também – condicionada pelas mais diversas determinações culturais, sociais e econômicas –, numa série de desfigurações teóricas provocadas pela intromissão de elementos alheios à essência da obra marxiana. Caso típico foi o do denominado “marxismo da Segunda Internacional”<sup>5</sup>.

Tal crítica, não significa que não tenham ocorrido conquistas teóricas, organizativas e políticas para a herança marxiana e para o proletariado sob a égide da Segunda Internacional. Pensemos, por exemplo, nas conquistas trabalhistas, nos partidos operários e nas contribuições teóricas de figuras exponenciais como Kautsky, Plekhanov, Labriola, Mehring, entre outros, nas áreas da história, arte, economia, questão agrária, cultura e política. Porém, por uma série de determinações históricas, o núcleo ontológico-emancipatório do projeto Marx-engelsiano se viu tolhido pelas posturas hegemônicas, deterministas-naturalistas e reducionistas, típicas do período. Esse obscurecimento é explicável levando em consideração alguns elementos condicionantes daquele contexto histórico.

---

<sup>5</sup> A Internacional Operário Socialista ou Segunda Internacional (1889-1914), constituiu-se como uma federação de partidos social-democratas. Sua estruturação expressou em destaque, as seguintes determinações: o fortalecimento e o crescimento gradual dos movimentos socialistas e dos sindicatos depois da derrota da Comuna de Paris em 1871; a perda do monopólio industrial da Inglaterra com o conseqüente desemprego e crise econômica que levaram a um novo sindicalismo; o processo de lutas do movimento operário alemão; a constituição de partidos operários, e, o deslocamento de um setor da intelectualidade para o movimento socialista. O marxismo foi considerado doutrina oficial da Segunda Internacional desde 1896.

Marx não constituiu um sistema filosófico no sentido tradicional, e também, por motivos alheios à sua vontade e à de Engels, não levou a termo, de forma articulada explicitamente, seus pressupostos filosóficos. Além disso, há a agravante de que trabalhos essenciais para a compreensão do desenvolvimento de sua obra permaneceram inéditos durante décadas – basta chamar a atenção para o fato de que os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (1844) e *A Ideologia Alemã* (1847) apareceram completos, pela primeira vez, na língua original, em 1932, enquanto a *Crítica da Filosofia Hegeliana do Direito* (1843) foi publicada em 1927 e os *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie* (1858-1859) têm sua primeira publicação efetiva apenas em 1953. Além disso, de acordo com Hobsbawn (1987, p. 432):

[...] os partidos social-democratas de massa não haviam realizado, antes de 1914, nenhuma tentativa séria de fazer seus membros lerem os textos de Marx e Engels, com a possível exceção de *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico* e, em menor medida, do *Manifesto*.

Outro elemento condicionante foi o horizonte ideológico-cultural da sociedade burguesa no período de estruturação política do movimento operário. As últimas décadas do século XIX, em especial na Europa e Estados Unidos, caracterizaram-se por uma expansão do capitalismo no mundo, o que, por um lado possibilitou a ampliação e a organização da classe operária e, por outro, significou um período de intensas disputas militares e conquistas coloniais, de ideologias de superioridades proclamadas, de desenvolvimento exponencial da produção e do comércio internacional, portanto, de inovações tecnológicas e de avanço científico. Nesse contexto, a ciência passou a servir cada vez mais a objetivos práticos, a oferecer resultados imediatos, a apresentar processos viáveis de utilização de matérias-primas ou de multiplicação de mercadorias, abrindo assim novas possibilidades para a acumulação capitalista.

Esse amplo desenvolvimento das forças produtivas não deixou de repercutir na cultura, na ciência e na filosofia e, portanto, no movimento socialista. Novas correntes de pensamento buscaram dar forma racional às transformações ininterruptas que aconteciam. O evolucionismo, oriundo das revolucionárias descobertas de Darwin, ganhou forma filosófica com Spencer, enquanto o positivismo, em sua forma laica, elevou-se a método predominante de pensar nos meios científicos. No mesmo ritmo, avançaram as pesquisas que tentaram explicar o

funcionamento da história, da sociedade, da mente e da atividade dos indivíduos. Tudo isso tendia, por meio de generalizações apressadas e desligadas da legalidade própria das esferas que se pretendia estudar, a reduzir fenômenos sociais e psicológicos à dinâmica própria da natureza: foi o império do determinismo, do monismo, do físico-quimismo, do naturalismo na literatura.

Portanto, nesse ambiente cultural e na ausência de sistematização dos fundamentos filosóficos da obra marx-engelsiana, os marxistas da primeira geração posterior a Marx e Engels encontraram-se:

[...] muito freqüentemente deslocados e indefesos em relação aos adversários, sem um sistema doutrinário para opor às suas críticas, e acabaram aprofundando a aridez daquele ecletismo incoerente, segundo o qual seria preciso “completar”, de fora, as doutrinas econômicas de Marx, por exemplo, com Mach no plano físico, com Kant no plano ético e com as teorias positivistas da arte no plano estético. (OLDRINI, 1999, p. 69).

A ausência de princípios teóricos sólidos<sup>6</sup> oriundos do próprio cerne da obra marxiana induziu o marxismo da Segunda Internacional de maneira predominante, a sofrer profundas deformações. Enquanto na esfera política consolidou-se o reformismo<sup>7</sup>, isto é, o distanciamento cada vez maior entre o programa mínimo – de reformas parciais no horizonte do capitalismo – e o programa máximo – de superação da própria ordem burguesa:

No plano filosófico, o marxismo tropeça em limites de caráter economicista, pois a maioria tende a fazer dele uma doutrina de uma só linha (*unilineare*), na qual a economia determina rigidamente todos os outros planos da

---

<sup>6</sup> O próprio Engels, de certa maneira, reconheceu a fragilidade teórica do movimento socialista da Segunda Internacional, ao identificar a influência de Dühring nas fileiras da social-democracia alemã, e ser forçado a “deixar de parte outros trabalhos” para travar uma batalha ideológica de defesa, explicitação e divulgação dos fundamentos do marxismo no clássico *Anti-Dühring*. De acordo com Engels (1979, p. 5), “[...] parte da imprensa socialista se pôs a dar boas-vindas ao novo apóstolo, com um entusiasmo que não unicamente condescendência, mas deixava transparecer alguma inclinação para acolher, sem reservas, o senhor Dühring, e, o que é mais, a doutrina do senhor Dühring [...] Havia mesmo pessoas que já se julgavam no dever de difundir a doutrina entre os trabalhadores”.

<sup>7</sup> Cuja mecânica básica foi expressa por Rosa Luxemburg (1974, p. 10-11), em polêmica com a social-democracia alemã: “Actualmente o que está em causa é todo o último capítulo da evolução do moderno movimento operário durante estes últimos 25 anos [...]. A queda da Comuna de Paris tinha selado a primeira fase do movimento operário europeu e o fim da Primeira Internacional. A partir de então começou uma nova fase. As revoluções espontâneas, as evoluções, os combates nas barricadas, depois dos quais o proletariado recaía de cada vez no seu estado passivo, foram então substituídos pela luta quotidiana sistemática, pela utilização do parlamentarismo burguês, organização das massas, união entre a luta econômica e a luta política, união do ideal socialista à defesa dos interesses quotidianos imediatos.”

realidade. A frase juvenil de Marx – “é o ser social dos homens que determina a consciência, e não a consciência que determina o seu ser” – é entendida ao pé da letra, no sentido da existência de uma relação causal entre estrutura e superestrutura, economia e ideologia, com a conseqüente redução do marxismo a um rígido determinismo (OLDRINI, 1999, p. 69).

Esse determinismo de cunho quase naturalista<sup>8</sup> da Segunda Internacional estava associado a uma postura de negligenciar os aspectos filosóficos presentes na obra marxiana. De acordo com Markus (1974, p. 115), a

[...] idéia de *filosofia marxista* é uma idéia recente. Para os teóricos da Segunda Internacional, ela parecia estranha ou mesmo paradoxal. O marxismo não era para eles uma filosofia, mas uma ciência *positiva*, carente de qualquer julgamento de valor ou de qualquer tomada de posição ideológica, uma ciência que descrevia e explicava o processo necessário que *uma* formação social determinada segue desde seu nascimento até o seu desaparecimento, trate-se do capitalismo ou de qualquer outra forma social. Segundo alguns teóricos da social-democracia alemã (Mehring, por exemplo), o marxismo colocou um fim definitivo à filosofia, considerada como fantasmagoria especulativa. Para outros, a teoria social do marxismo devia ser completada por uma ética ou uma filosofia ou uma filosofia especulativa (por exemplo, Bernstein, Max Adler e Kautsky).

É importante destacar que a confirmação de uma filosofia imanente ao marxismo, “[...] implicava na universalidade teórica do marxismo e se opunha, nesse ponto, tanto ao oportunismo da Segunda Internacional quanto às ideologias burguesas” (MARKUS, 1974, p. 115). Por isso, a reflexão sobre uma filosofia marxista vinculou-se à ruptura com o reformismo da Segunda Internacional, à Revolução Russa e à reorganização política do proletariado.

Tal tendência, porém, tornou-se marginal juntamente com os aportes leninianos frente ao engessamento do marxismo como filosofia de Estado pela casta que expropriou do poder político o proletariado, a burocracia<sup>9</sup> stalinista<sup>10</sup>, a qual

---

<sup>8</sup> Em Kautsky (2002, p. 22), teórico referência da Segunda Internacional, isso é evidente: “Para Marx, pelo contrário, a luta de classes não era mais do que uma forma da lei geral da evolução da Natureza, que de modo nenhum tem um caráter pacífico. A evolução é, para ele [...] ‘dialética’, quer dizer, o produto de uma luta de elementos opostos que surgem necessariamente. Todo o conflito destes elementos irreconciliáveis deve finalmente conduzir ao esmagamento de um dos dois protagonistas e, por conseqüência, a uma catástrofe. Esta pode preparar-se muito lentamente, a força dum antagonista pode crescer imperceptivelmente, mas, por fim, o derrubamento de um dos antagonistas será inevitável, após a luta e o crescimento em força do outro. Todos os dias, a cada passo, encontramos pequenas catástrofes na Natureza, como na sociedade. Cada morte é uma catástrofe. Todo o ser e todas as coisas devem sucumbir perante a preponderância de um antagonista. Não é apenas verdade para as plantas e para os animais; também o é para sociedades inteiras e para impérios, como para corpos celestes.”

<sup>9</sup> “A burocracia não é uma nova classe dominante. Não representa qualquer papel indispensável no processo de produção. É uma camada privilegiada que usurpou o exercício das funções de gestão no Estado e na economia soviética, e que, sobre a base desse monopólio do poder, se arroga

produziu uma escolástica laica mal denominada de “marxismo-leninismo”, bifurcada em materialismo dialético e materialismo histórico. No materialismo dialético, Marx teria concebido uma “ciência geral do ser” que englobaria a natureza, a sociedade e o pensamento, independentemente de suas determinações específicas. Noutros termos, Marx seria um fundador de uma nova “filosofia geral” que forneceria a explicação coerente do ser em todas as suas modalidades. Tal filosofia marxista aplicada ao ser social constituiria o materialismo histórico, o qual teria como objeto as leis de evolução mais gerais da sociedade<sup>11</sup>.

Sem adentrarmos nos limites da citada demarcação, é interessante destacar que ela não encontra lastro na obra marxiana. Primeiro, porque há a suposição de que a obra de Marx conteria uma filosofia da natureza, na medida em que esta se institui como uma teoria geral. Segundo, porque é problemático mesmo baseando-se em alguns elementos da *Ideologia Alemã* ou no manuscrito inacabado de Engels *Dialética da Natureza*, sugerir tal posição de forma peremptória. Terceiro, porque essa interpretação, no limite, tende a projetar na obra de Marx todo um conjunto de elaborações do que foi e é a tradição marxista que, muitas vezes, ignorava ou subestimava a relação específica entre Marx e Hegel, tendendo a fazer uma leitura rigorosamente cientificista e positivista de Marx.

Depois dessa contextualização, torna-se fácil compreender porque não poucas vezes construtos pós-marxianos condicionados por leituras reducionistas e interessadas, expressando de forma contraditória os retrocessos da própria atividade revolucionária do proletariado – como o processo de burocratização da social-democracia alemã e a contra-revolução ocorrida da URSS a partir de meados da década de 20 do século passado – sejam vistos por críticos do marxismo, como

---

substanciais vantagens no domínio do consumo (remunerações elevadas, vantagens em espécie, armazéns especiais, etc.). Não é proprietária dos meios de produção. Não detém nenhuma garantia de conservar essas vantagens nem de as transmitir aos seus filhos; tudo está ligado ao exercício de funções específicas.” (MANDEL, 1978, p. 174).

<sup>10</sup> “Na URSS, o estalinismo é a expressão da degenerescência burocrática do primeiro Estado operário, no qual uma camada social privilegiada usurpou o exercício do poder econômico e político.” (Ibidem, p. 179).

<sup>11</sup>Stálin (1985, p. 13), diz o seguinte, referindo-se ao que considera as disciplinas basilares do marxismo: “O materialismo dialético é a teoria geral do Partido marxista-leninista. O materialismo dialético é assim chamado, porque a sua maneira de conceber os fenômenos da natureza, o seu método de investigação e de conhecimento é *dialético* e a sua interpretação, a sua concepção dos fenômenos da natureza, a sua teoria é *materialista*. O materialismo histórico estende os princípios do materialismo dialético ao estudo da vida social; aplica estes princípios aos fenômenos da vida social, ao estudo da história da sociedade”.

fazendo parte da própria natureza da perspectiva inaugurada por Marx. Assim, o cerne da obra marxiana é, muitas vezes, visto e divulgado como um determinismo economicista<sup>12</sup> em que a consciência comparece como um epifenômeno das relações materiais.

### Uma Ontologia de novo tipo

É com as pesquisas lukacsianas que vem à tona a problemática ontológica como aspecto essencial da obra marxiana. Quando Lukács termina sua *Estética* na década de 1960 e, antes de iniciar sua projetada *Ética*, empreende, num esforço que consumiu aproximadamente seus últimos oito anos de vida, a produção de sua *Ontologia do Ser Social*<sup>13</sup> (1981) como uma ampla introdução à citada *Ética*.

Segundo Lukács, Marx instaura os fundamentos de uma ontologia de novo tipo. Marx pensa as relações do homem com sua história não de uma maneira especulativa, mas da perspectiva do ser social historicamente determinado, o que conduz a uma orientação radicalmente nova tanto das relações do indivíduo com sua história, como com a história do gênero – dimensões imanentes que constituem o processo histórico global.

---

<sup>12</sup> Em 1890, Engels (1985, p. 547) em carta a Joseph Bloch, já criticava a leitura economicista do marxismo: “Segundo a concepção materialista da história, o momento *em última instância* determinante [*in letzter Instanz bestimmende*], na história, é a produção e reprodução da vida real. Nem Marx nem eu alguma vez afirmamos mais. Se agora alguém torce isso [afirmando] que o momento econômico é o *único* determinante, transforma aquela proposição numa frase que não diz nada, abstrata, absurda. A situação [*Lage*] econômica é a base [*Basis*], mas os diversos momentos da superestrutura [*Überbau*] – formas políticas da luta de classes e seus resultados: constituições estabelecidas pela classe vitoriosa uma vez ganha a batalha, etc., formas jurídicas, e mesmo os reflexos [*Reflexe*] de todas as lutas reais nos cérebros dos participantes, teorias políticas, jurídicas, filosóficas, visões [*Anschauungen*] religiosas e o seu ulterior desenvolvimento em sistemas de dogmas – exercem também a sua influência [*Einwirkung*] sobre o curso das lutas históricas e determinam em muitos casos preponderantemente [*vorwiegend*] a forma delas.”

<sup>13</sup> Aqui é de fundamental importância frisarmos o caráter provisório do estudo e das conclusões sobre a *Ontologia* de Lukács, obra rica, complexa e inovadora como foi a *Fenomenologia do Espírito* de Hegel, ou as principais obras de Marx, como entre outras, os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, a *Ideologia Alemã* e *O Capital*. Talvez nem o próprio Lukács tivesse consciência da inovação e das descobertas contidas em sua reflexão. Ainda mais que, quando Lukács a está redigindo encontra-se mal de saúde, devido ao câncer no pulmão, não chegando a ter a *Ontologia* uma redação final. Isso faz necessariamente com que os estudos da *Ontologia* até hoje sejam muitos parciais e até certo ponto transitórios. Também, não há até o presente momento nenhum estudo global sobre a *Ontologia*, isto é, nenhum trabalho que trate da *Ontologia* em sua totalidade ou pelo menos contemple sua parte sistemática composta por quatro capítulos, quais sejam: trabalho, reprodução, ideologia e estranhamento.

Portanto, Marx, ao afirmar a mutabilidade do existente, critica radicalmente a suposta perenidade da sociedade burguesa. Com a superação do capitalismo há a possibilidade de iniciarmos a produção da história – sairmos da pré-história – e não o fim desta. Com isso, muda toda a reflexão e o tratamento de todas as categorias ontológicas. Tudo se integra na processualidade histórica, nada podendo ser anistórico. Categorias como, por exemplo: essência, fenômeno, singular, particular, universal, mediação e continuidade, são redimensionadas tendo como pressuposto que não são pensadas aprioristicamente em relação ao processo histórico que lhe dá efetividade, isto é, elas não têm sentido a não ser em suas existências concretas e nas suas possibilidades. Isso caracteriza a obra de Marx como uma verdadeira revolução teórica que instaura uma ontologia de novo tipo, e não uma simples vertente ontológica especulativa.

Assim, o núcleo estruturante da perspectiva inaugurada por Marx se constitui como uma ontologia – importante “[...] não esquecer que as categorias exprimem, portanto formas de existência, condições de existência determinadas [...]” (MARX, 1983, p. 224). Por isso, Lukács (1979, p. 11) afirma que:

[...] qualquer leitor sereno de Marx não pode deixar de notar que todos os seus enunciados concretos, se interpretados corretamente (isto é, fora dos preconceitos da moda), são entendidos – em última instância – como enunciados diretos sobre um certo tipo de ser, ou seja, são afirmações ontológicas.

Noutras palavras, o pensamento de Marx opera em primeiro plano com o que é o real, para aferir as questões epistemológicas e metodológicas impostas pelo ser para o seu conhecimento. Tal impositação fundante do ser sobre a esfera gnosiológica se expressa no *Ad Feuerbach* de maneira contundente, permitindo conclusões sobre a hierarquia entre ontologia e teoria do conhecimento dentro do pensamento marxiano como identifica Chasin (1995, p. 400-401):

[...] a Tese I estabelece a natureza da existência social, decifrada em termos de atividade sensível, e apenas na II toma lugar o problema do conhecimento, sendo este resolvido, o que tem peso demonstrativo, a partir do complexo de entificação firmado na primeira. Ou seja, a determinação do que – é – antecede a admissão e o tratamento de temas gnosiso-epistêmicos. Ao contrário de qualquer abordagem sob critério gnosiológico, em que um pré-discurso nesse diapasão pretende fundamentar o discurso propriamente dito a respeito do objeto, no pensamento marxiano o tratamento ontológico dos objetos, sujeito incluso, não só é imediato e independente, como autoriza e fundamenta o exame da problemática do conhecimento. O exame desta é

que depende de critério ontológico, e só por meio deste é que pode ser concebida em seu lugar próprio e na malha das relações devidas que propiciam sua adequada investigação. Lugar derivado e subsequente na ordem dos discursos, uma vez que o conhecimento, sendo, entre outras, uma relação específica entre sujeito e objeto, pressupõe para efeito de sua abordagem a determinação preliminar das figuras obrigatórias nele envolvidas, o que promove sua inserção na rede das correlações em geral entre sujeito e objeto, facultando ser determinado em sua especificidade e em suas condições reais de possibilidade.

A pontuação ontológica formulada por Marx revela-se em suas primeiras inflexões anti-especulativas presentes desde a década de quarenta do século XIX. A partir de 1843, Marx iniciou um processo de instauração de novos referenciais teóricos que se contrapuseram à especulação, ao logicismo e à abstratividade, sustentados por uma razão auto-suficiente, o que é próprio do idealismo, em especial o de Hegel. Em Marx há, desde que começou a andar com os seus próprios pés, a postura teórica de identificar a importância da objetividade. Objetividade tanto no seu sentido geral da causalidade espontânea natural, quanto da realidade humana que se auto-constitui pelo trabalho.

Entendemos, pois, que é o reconhecimento por parte de Marx, da posição hierárquica fundante do mundo sobre a subjetividade que institui o perfil ontológico imanente que irá caracterizar a revolução teórica marxiana, pois aí surge toda a radicalidade da crítica de natureza ontológica que:

[...] organiza a subjetividade teórica e assim faculta operar respaldado em critérios objetivos de verdade, uma vez que, sob tal influxo da objetividade o ser é chamado a paramentar o conhecer, ou, dito a partir do sujeito: sob a consistente modalidade do rigor ontológico, a consciência ativa procura exercer os atos cognitivos na deliberada subsunção, criticamente modulada, aos complexos efetivos, às coisas reais e ideais da mundaneidade (CHASIN, 1995, p. 362-363).

É esse instrumental teórico de novo tipo que permite romper, a partir de 1843, com o círculo de ferro do idealismo hegeliano, da especulação neo-hegeliana e da circularidade do político para buscar uma nova inteligibilidade para o social. Marx critica Hegel, por este deduzir a racionalidade dos fatos e processos não do seu encadeamento concreto, mas de um sujeito que estes expressariam – a “idéia”, isto é, o pensamento pensado. Partindo disso, Marx aponta que a crítica da esfera

política só se torna efetiva e radical se fundamentada na compreensão da esfera social.

Foi a postura ontológica de Marx que o fez romper com toda uma tradição teórica ensimesmada na redução do político às formas jurídico-políticas. Pela primeira vez, a análise da sociedade civil torna-se o pressuposto da explicação do político. Por isso, Marx parte para o estudo da economia política, ou seja, o conjunto de concepções teóricas que, a partir do último terço do século XVIII – especialmente na Inglaterra onde surgem as obras seminais de Adam Smith e David Ricardo – procura compreender as novas formas de sociabilidade postas pelo mundo emergente do capital.

A expressão teórica desse primeiro contato com a economia política, induzindo pela percepção ontológica de ir aos fundamentos do ser social burguês, são os *Manuscritos de 1844*. Então, a partir da crítica das elaborações da economia política, que, por seu caráter apologético, tende a ser uma legitimação da sociedade dada, congelando, mistificando e eternizando suas categorias, Marx produz uma contundente crítica à sociedade burguesa, cujo núcleo está na descoberta do trabalho como demiurgo da realidade humana. Isso faz com que na ontologia marxiana consciência e realidade objetiva sejam compreendidas como dois momentos com o mesmo estatuto ontológico, ou seja, a consciência não é um simples epifenômeno da realidade objetiva. É interessante destacar que a relação *fundado-fundante* está posta em termos ontológicos, noutras esferas como a política ou a educação, por exemplo. Dependendo de cada caso concreto, pode ocorrer uma inversão quanto à importância da subjetividade ou da objetividade – sem esquecer que estas são categorias reflexivas que só na abstração podem ser desmembradas. Daí a extrema distância da perspectiva ontológica marxiana, que possui como fundamento a unidade indissolúvel entre subjetividade e objetividade, presente na atividade matriz da sociabilidade, o trabalho.

## **Bibliografia**

ALTHUSSER, Louis. A Querela do Humanismo II (inédito). **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 14, p. 48-72, abr. 2002.

- \_\_\_\_\_; BARDIOU, Pierre. **Materialismo Histórico e Materialismo Dialético**. 2. ed. São Paulo: Global, 1986.
- BENOIT, Hector. Da Lógica com um Grande “L” à Lógica de O Capital. In: Andréia Galvão *et al.* **Marxismo e Ciências Humanas**. São Paulo: Xamã, 2003.
- CHASIN, J. Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica. In: TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Pensando com Marx**: uma leitura crítico-comentada de O Capital. São Paulo, Ensaio, 1995.
- ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HOBBSAWM, Eric J. A Fortuna das Edições de Marx e Engels. In: \_\_\_\_\_ *et al.* **História do Marxismo I**: o marxismo no tempo de Marx. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- KAUTSKY, Karl **As Três Partes Fontes do Marxismo**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2002.
- LUKÁCS, Gyögy. **Ontologia do Ser Social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Per una Ontologia dell'Essere Sociale**. Roma: Ed. Riuniti, 1981, v. 1 e 2.
- LUXEMBURG, Rosa. **A Crise da Social-Democracia**. Lisboa: Presença, 1974.
- MANDEL, Ernest. **Introdução ao Marxismo**. 2. ed. Lisboa: Antídoto, 1978.
- MARKUS, Gyorgy. **Teoria do Conhecimento no Jovem Marx**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- MARX, Karl. **Contribuições à Crítica da Economia Política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- OLDRINI, Guido. Gramsci e Lukács, adversários do marxismo da Segunda Internacional. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 8, p. 67-80, jun. 1999.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Estruturalismo de Levi-Strauss**: o marxismo de Louis Althusser. São Paulo: Brasiliense, 1971.
- \_\_\_\_\_. **O Que é Filosofia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- STALIN, Joseph. **Materialismo Dialético e Materialismo Histórico**. 4. ed. São Paulo: Global, 1985.